



Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

10/08/2015 -Instituto Telecom

Conselho da Anatel terá que decidir sobre prazos para contrapartidas nos TACs

Além de definir sobre o estabelecimento de um prazo máximo para inclusão de processos em análise para celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), o Conselho Diretor da Anatel poderá ter que decidir sobre prazo para benefícios aos usuários resultantes do acordo. O regulamento da agência prevê que os benefícios e investimentos propostos no âmbito de um TAC devem ser feitos durante a duração do termo, de quatro anos. Mas não há uma questão fechada sobre isso. "O importante é ter regras claras, que valham para todos", disse uma fonte da área técnica da Anatel.

Uma corrente da agência entende que, no caso de contrapartidas na forma de benefícios diretos para o usuário, o prazo do desconto pode ultrapassar os quatro anos de duração do TAC, mas essa dilatação do prazo não serviria para os casos de contrapartidas na forma de investimentos. O entendimento anterior era de que uma eventual redução de tarifas, por exemplo, teria que vigorar por quatro anos e, depois disso, voltar aos preços normais.

A polêmica surgiu da proposta de TAC apresentada pela Oi, que quer trocar o valor das multas por redução de 20% da assinatura básica pelo período de dez anos. A operadora sustenta que a redução por tempo limitado seria mal vista pelos consumidores, ao passo que até o fim da concessão, prevista para 2025, seria mais palatável.

Mas a proposta da Oi também está baseada em outros pontos mais práticos: caso tiver que reduzir a assinatura básica no período de duração do TAC, o percentual a ser aplicado ficaria em torno de 50%, o que comprometeria demasiadamente a receita da operadora. No caso de uma diluição do benefício por dez anos, além do impacto menor na receita – com um percentual de 20% – a medida poderia servir para estancar o desligamento de assinaturas, que cresce a cada dia.

Estes cenários foram avaliados pela Superintendência de Competição que, de certa forma, apoia a diluição do prazo. Mas a Superintendência de Controle de Obrigações vê com cautela tal proposta. A decisão deve ser arbitrada pelo Conselho Diretor. O prazo para submissão da proposta, no entanto, ainda não está definido porque a análise do TAC da Oi não foi fechada.

Inclusão de processos

A solução do impasse sobre o estabelecimento de prazo para inclusão de processos em análise de TACs também é aguardada com ansiedade pela área técnica. Isto porque o Conselho decidiu ampliar a data para aceitação de PADOs (processo administrativo por descumprimento de obrigação) no caso de uma operadora – a CTBC –, mas queria negar a dilação do prazo para outra – a TIM.

A área técnica da agência entende que é preciso estabelecer uma data de limite de aceitação de processos para que possa fechar a análise do termo, mas isso terá que ser definido em regra clara, que norteará todos os pedidos.

No caso da TIM, caso tivesse sido votado na semana passada, o resultado seria um empate. O conselheiro Igor de Freitas – que é a favor do pedido da TIM – pediu vista da matéria. Seu voto seria acompanhado pelo conselheiro Marcelo Bechara, mas teria voto contra do relator da matéria, conselheiro Rodrigo Zerbone e do presidente da agência, João Rezende.

O problema é que, caso seja rejeitado, o processo que a TIM quer incluir no TAC e que corresponde a uma multa de R\$ 26 milhões, não poderia ser objeto de um novo termo, já que o assunto do PADO em questão já está contemplado na proposta de TAC em análise. O regulamento impede que o mesmo tipo de irregularidade seja tratado em termos diferentes.





Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

10/08/2015 - RBA

Dilma diz que vai repudiar "vale-tudo" contra quaisquer governos

Em seu discurso, a presidenta pediu ainda que a população pense primeiramente na nação como um todo e só depois em seus partidos e projetos pessoais



A presidenta Dilma Rousseff disse hoje (10) que vai repudiar de forma sistemática o que chamou de vale-tudo contra qualquer governo – federal, estadual e municipal. "Quem acaba atingido pela política do 'quanto pior, melhor' é a população", disse.

Durante cerimônia de entrega de moradias do Programa Minha Casa, Minha Vida, em São Luís (MA), Dilma admitiu que o governo enfrenta um momento de dificuldade, mas garantiu que o período é passageiro e que os programas sociais não serão interrompidos.

"Períodos de dificuldade geralmente causam incerteza e apreensão nas pessoas. Não fiquem inseguros, nem apreensivos. Esta é uma situação temporária. Ela vai passar e vai passar rápido. Mesmo durante essa travessia, não abandonaremos os programas sociais", destacou.

Em seu discurso, a presidenta pediu ainda que a população pense primeiramente na nação como um

todo e só depois em seus partidos e projetos pessoais. "O Brasil precisa de estabilidade para fazer essa travessia", disse. "Quando há uma dificuldade, não adianta um ficar brigando com o outro porque não resolve a situação", completou.

Ao final da cerimônia, Dilma confirmou o lançamento da terceira etapa do Programa Minha Casa, Minha Vida, no dia 10 de setembro, quando deve ser anunciada a contratação de 3 milhões de novas moradias. Hoje, foram entregues as chaves de 4.467 casas em quatro cidades: São Luís (MA), Caxias (MA), Campo Grande (MS) e Anastácio (MS).

As unidades habitacionais destinadas a famílias com renda até R\$ 1,6 mil devem beneficiar mais de 17 mil pessoas. Divididas em dois quartos, sala, banheiro, cozinha e área de serviço, elas contam ainda com pavimentação, redes de água, esgotamento sanitário, drenagem, energia elétrica e acesso ao transporte público.





Produção: TST Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

10/08/2015 - CARTA MAIOR

Uma fortuna de 200 bilhões protegida do Imposto de Renda

O leão é um gatinho manso: lei aprovada durante governo FHC beneficia 71 mil brasileiros ricos, que não pagam imposto de renda.

O leão do imposto de renda mia feito gato com os ricos, como atestam dados recém-divulgados pela própria Receita Federal. Os maiores milionários a prestar contas ao fisco, um grupo de 71.440 brasileiros, ganharam em 2013 quase 200 bilhões de reais sem pagar nada de imposto de renda de pessoa física (IRPF). Foram recursos recebidos por eles sobretudo como lucros e dividendos das empresas das quais são donos ou sócios, tipo de rendimento isento de cobrança de IRPF no Brasil.

Caso a bolada fosse taxada com a alíquota máxima de IRPF aplicada ao contracheque de qualquer assalariado, de 27,5%, o País arrecadaria 50 bilhões de reais por ano, metade do fracassado ajuste fiscal arquitetado para 2015 pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy. Detalhe: os 27,5% são a menor alíquota máxima entre todos os 116 países que tiveram seus sistemas tributários pesquisados por uma consultoria, a KPMG.

A renda atualmente obtida pelos ricos sem mordidas do IRPF - 196 bilhões de reais em 2013, em números exatos – tornou-se protegida da taxação há 20 anos. No embalo do Consenso de Washington e do neoliberalismo do recém-empossado presidente Fernando Henrique Cardoso, o governo aprovou em 1995 uma lei instituindo a isenção.

O paraíso fiscal foi criado sob duas alegações. Primeira: as empresas responsáveis por distribuir lucros e dividendos aos donos e sócios já pagam IR como pessoa jurídica. Segunda: com mais dinheiro no bolso, os ricos gastariam e investiriam mais, com vantagens para toda a economia. Argumentos com cheiro de jabuticaba, sendo que o segundo foi recentemente derrubado pelo Fundo Monetário Internacional em um relatório sobre o qual pouco se

falou no Brasil. Na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), organismo a reunir 34 países desenvolvidos, só a Estônia dá a isenção.

"No Brasil, quem mais reclama são os que menos pagam impostos", diz Marcio Pochmann, ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). "A Receita é uma mãe para os ricos, o Ministério da Fazenda é o Ministério social dos ricos."

A boa vida garantida pelo fisco aos donos e sócios de empresas ajuda a explicar algo curioso. O Brasil tornou-se uma pátria de empresários nos últimos tempos. Possui mais gente nesta condição (7 milhões apresentaram-se assim na declaração de IR de 2014) do que a trabalhar como empregado do setor privado (6,5 milhões). É a famosa terceirização, com profissionais contratados na qualidade de PJ, não via CLT.

A transformação de trabalho em capital é um fenômeno mundial mas parece ainda mais " disseminada" e " impetuosa" por aqui, diz o economista José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas e autor do estudo Imposto de Renda e Distribuição de Renda e Riqueza no Brasil. Para ele, é urgente debater o assunto.

"O governo comemorava uma redução da concentração da renda mas só considerava a de salários e a declarada nas pesquisas censitárias", afirma Afonso. "Se formos considerar também o declarado ao imposto de renda, se descobre que daquelas pesquisas escapam parcela crescente e majoritária das rendas de brasileiros de classe média e alta, que passaram a receber como pessoa jurídica."







Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

O fim da isenção de IPRF sobre lucros e dividendos, conta um ministro, era uma das medidas no bolso do colete de Dilma Rousseff para ajudar no ajuste fiscal. O problema, diz este ministro, é o provável boicote do Congresso contra qualquer tentativa de taxar mais o "andar de cima". O Palácio do Planalto não quer comprar briga em vão.

Repleto de políticos ricos e devedores de gratidão a empresários financiadores de suas campanhas, o Congresso tem uma resistência histórica a corrigir as injustiças do sistema tributário brasileiro. A Constituição de 1988 previu, por exemplo, a cobrança de um imposto sobre grandes fortunas, mas até hoje a nação espera pela aprovação de uma lei a tirar a taxação do papel. FHC chegou a propor tal lei. Mas foi como senador, antes de chegar ao Planalto.

Vez ou outra, algum parlamentar anima-se a propor tal lei. No início do ano, foi a vez da deputada carioca Jandira Feghali, líder do PCdoB, com a preocupação de direcionar os recursos só para a saúde. Com seis mandatos seguidos, ela não se ilude com a chance de aprovação de ideias como esta ou a taxação de jatinhos e iates com IPVA, outra proposta dela. "Esse é um dos Congressos mais ricos e mais influenciáveis pelo poder econômico da nossa história", diz.

Os dados recém-divulgados pela Receita Federal sobre o IRPF talvez possam ajudar a contornar tal resistência. Neste trabalho, o fisco separou os contribuintes em onze faixas de renda, variáveis de meio salário mínimo a 160 salários mínimos mensais. Em cada categoria, podem ser vistos o número de pessoas ao alcance do imposto de renda da pessoa física, seu patrimônio, renda, benesses e tributação efetiva. É a mais completa e detalhada compilação de dados já feita pelo leão.

Em 2014, houve 26,5 milhões de declarações de IRPF. Aquelas 71.440 pessoas com renda isenta de quase 200 bilhões de reais estão no topo da pirâmide, faixa de renda superior a 160 salários mínimos por mês. Juntas, elas detêm 29% do patrimônio e 22% da renda nacionais. É como se cada uma tivesse salário mensal de 341 mil reais e bens de 17,6 milhões. Apesar da riqueza, o IRPF pago por elas em 2013 somou míseros 6,3 bilhões de reais. Ou só

5,5% da arrecadação com IRPF.

Dados deste tipo são apresentados pelo economista francês Thomas Piketty no livro "O Capital no Século XXI", bíblia para os interessados em saber mais sobre a concentração de renda pelo planeta. O Brasil ficou de fora da obra justamente porque a Receita não tinha os dados de agora para fornecer antes. Espera-se que os acadêmicos possam estudá-los daqui para a frente.

Um dos interessados no tema é diretor de Estudos e Políticas Sociais do Ipea, André Calixtre. No fim ano passado, o economista concluiu um estudo chamado Nas Fronteiras da Desigualdade Brasileira, no qual sustentava que a distância entre ricos e pobres no País era bem maior em termos patrimoniais do que em termos de renda. E que esse padrão histórico havia se mantido apesar da distribuição de renda vista na década passada. O trabalho partia das declarações de bens entregues por candidatos a prefeito à Justiça Eleitoral em 2102.

Em uma primeira análise sobre os dados da Receita, Calixtre viu sua hipótese se confirmar. Entre 2007 e 2013, diz ele, o número de declarantes de IRPF a ganhar até cinco salários mínimos caiu de 54% para 50%, enquanto os que recebem acima de 20 mínimos permaneceu em 8,4%. Ao mesmo tempo, o estrato intermediário, a receber entre 5 e 20 mínimos mensais cresceu de 37,2% para 40,8%.

O rendimento tributável pela Receita detido por cada segmento sofreu a mesma alteração no período de 2007 a 2013. O pessoal de renda baixa morde agora uma fatia maior (de 20,9% para 21,9%), o pelotão do meio idem (de 44,2%para 47,8%), enquanto a turma do topo fica com um pouco menos (de 34,9% para 30,4%).

O problema, diz Calixtre, é que em termos patrimoniais praticamente nada mudou neste período de seis anos. As pessoas a receber até cinco salários mínimos ainda ficam com 14% do valor dos bens declarados aos fisco, aquelas situadas entre 5 e 20 têm os mesmos 27% e o andar de cima (mais de 20 mínimos) segue com 57%. "Democratizamos a renda, falta democratizar a propriedade privada no Brasil", afirma.







Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

10/08/2015 - Carta Maior

Aeroporto do tio de Aécio está liberado

O Ministério Público de MG pediu o arquivamento das investigações sobre o aeroporto na cidade de Cláudio contruido dentro da fazenda do tio-avô de Aécio.

A "Justiça" nativa vai confirmando a piada que circula na internet: basta se filiar ao PSDB para você não ser investigado, julgado, condenado e, muito menos, preso. Na semana passada, numa



to ficavam nas mãos dos parentes de Aécio Neves e que os custos da construção foram acima de outras obras da mesma dimensão. Na ocasião, o PT entrou com representação na

os mineiros conheciam

a construção da pista

em Cláudio, que sempre foi ocultada pela

mídia chapa-branca local e nacional. A partir

da denúncia, a própria

imprensa foi obrigada a abordar o assunto.

A Folha descobriu que as chaves do aeropor-

decisão absurda, o Ministério Público de Minas Gerais simplesmente pediu o arquivamento das investigações sobre o aeroporto na cidade mineira de Cláudio, que foi construído com recursos públicos pelo então governador Aécio Neves (PSDB-MG) dentro da fazenda do seu tio-avô, Múcio Tolentino. Os quatro promotores do caso consideraram que "não houve indícios de irregularidades na construção e no uso do aeroporto", segundo informou a Folha tucana, numa minúscula notinha neste sábado (8).

O escândalo só ganhou repercussão graças às eleições presidenciais do ano passado. Ele foi levado à rede nacional de rádio e tevê na campanha pela reeleição de Dilma Rousseff, que também detonou o cambaleante tucano num tenso debate televisivo. Pesquisa feita em Minas Gerais constatou que nem

de outras obras da mesma dimensão.

Na ocasião, o PT entrou com representação na
Promotoria para apurar o caso. Ele também solicitou
que fosse apurado se houve superfaturamento na
obra, que custou R\$ 14 milhões aos cofres públicos
de Minas Gerais. Agora, os promotores concluem
que "nenhum item específico de superfaturamento
no preço da obra executada foi aduzido pelos representantes em suas peças protocoladas" e pediram
o arquivamento do inquérito. Diante desta decisão
tão generosa, o PSDB solta rojões, afirmando que a
decisão "demonstra a injusta exploração política que
o tema teve durante a eleição de 2014". Ou seja:
nenhum tucano vai para a cadeia e ainda posa, na
maior caradura, de vestal da ética.